

Qual o lugar das jornalistas negras no Maranhão?

LEILA LIMA DE SOUSA

*Universidade Federal do Maranhão
Imperatriz, Maranhão, Brasil*

THAISA CRISTINA BUENO

*Universidade Federal do Maranhão
Imperatriz, Maranhão, Brasil*

NAYARA NASCIMENTO DE SOUSA

*Universidade Federal do Ceará
Fortaleza, Ceará, Brasil*

ID 3012

Recebido em

21/2/2024

Aceito em

21/5/2024

Este artigo analisa assimetrias de gênero e raça no mercado do jornalismo do Maranhão. A pesquisa está ancorada em duas técnicas de coleta dos dados: questionários com perguntas abertas e fechadas; e entrevistas com jornalistas dos dois maiores municípios maranhenses, a capital São Luís e Imperatriz. O levantamento alcançou 22 profissionais, sendo que nove participaram das entrevistas que buscaram entender sobre como as profissionais percebem o mercado de trabalho local. Os resultados apontam para a juvenilização e a precarização do trabalho. A raça, acionada ao gênero, situa as jornalistas negras em posições de menor prestígio e com carreiras menos longevas no jornalismo.

Palavras-chave: Gênero e raça. Jornalistas negras. Maranhão.

What is the Place of Black Journalists in Maranhão?

This article is to analyze gender and race asymmetries in the Maranhão journalism market. The research is based on two data collection techniques: questionnaires with open and closed questions, and interviews with journalists from the two largest municipalities in Maranhão, the capital São Luís and Imperatriz. The survey reached 22 professionals, nine of whom took part in the interviews that sought to understand how they perceive the local job market. The results point to juvenilization and job insecurity. Race, combined with gender, places black journalists in less prestigious positions and with shorter careers in journalism.

Keywords: Gender and race. Black women journalists. Maranhão.

¿Qué lugar ocupan las periodistas negras en Maranhão?

Este artículo analiza las asimetrías de género y raza en el periodismo del Maranhão. La investigación se basa en dos técnicas de recogida de datos: cuestionarios con preguntas abiertas y cerradas, y entrevistas con periodistas de las ciudades maranhenses de São Luís e Imperatriz, las dos mayores del estado. La encuesta llegó a 22 profesionales. De ellas, nueve respondieron a las entrevistas que buscaban entender cómo las profesionales perciben el mercado laboral local. Los resultados apuntan a la juvenilización y precarización del trabajo. La raza, combinada con el género, sitúa a las periodistas negras en posiciones de menor poder y con carreras más cortas en el periodismo.

Palabras clave: Género y raza. Periodistas negras. Maranhão.

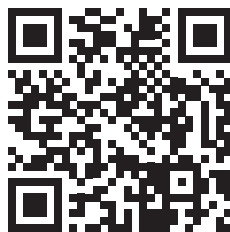
Leila Lima de **SOUSA**

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com estágio doutoral na Universidade Autônoma de Barcelona. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e professora adjunta do curso de graduação em Jornalismo da mesma instituição. Vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Maria Firmina dos Reis.

Universidade Federal do Maranhão,
Imperatriz, Maranhão, Brasil

E-mail: sousa.leila@ufma.br

ORCID



Thaísa Cristina **BUENO**

Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão e professora associada no curso de graduação em Jornalismo da mesma instituição. Pesquisadora produtividade da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema).

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz,
Maranhão, Brasil

E-mail: thaisabu@gmail.com

ORCID



Nayara Nascimento **DE SOUSA**

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integrante da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC).

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

E-mail: nayara.nascimento@discente.ufma.br

ORCID



Introdução

Em 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou, pela primeira vez, o maior percentual de estudantes negras/os matriculadas/os em instituições públicas de Ensino Superior no país (50,3%). Esse resultado é atribuído, em grande parte, ao avanço das políticas públicas de acesso e permanência de estudantes vulnerabilizadas/os na rede de ensino. Entretanto, com a pandemia da COVID-19, decretada oficialmente em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), as ações negligentes e as omissões do Governo Federal do Brasil causaram impactos muito mais nocivos para as pessoas negras.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Silva, 2021) apontam que, em relação à taxa de desocupação (desemprego), a população negra alcançou o percentual de 16,5% entre o primeiro e segundo semestres de 2020 (Santos *et al.*, 2021 *apud* Silva, 2021, p. 35). Embora o documento sinalize uma elevação na quantidade de estudantes negras/os em instituições de Ensino Superior representando 47,3%, o Exame Nacional do Ensino Médio registrou, em 2021, a maior queda nas inscrições de candidatas/os negras/os desde 2009, com redução de 53,1% entre pessoas declaradas pretas e 51,7% entre pardas.

Ainda que a pesquisa do IPEA (Silva, 2021) aponte avanços em relação a maiores oportunidades de acesso ao Ensino Superior para a população negra, os dados alertam para a intensa vulnerabilidade social das mulheres negras, que ocupam cerca de 61% dos postos de trabalho doméstico no país. Um dado citado pela pesquisa descreve que as mulheres negras são maioria nos cargos de técnicas de enfermagem e de cuidadoras, mas são minoria entre as profissionais de enfermagem com nível superior. O documento faz um levantamento sobre a força de trabalho em relação ao sexo e raça/cor entre os anos de 2016 a 2019. A conclusão é que trabalhadoras/es negras/os receberam 60% a menos do valor pago aos brancos. A situação das mulheres negras é ainda mais delicada, já que a renda delas não chega a 45% da recebida por homens brancos (Silva, 2021).

Os dados da pesquisa divulgada pelo IPEA nos ajudam como um ponto de partida do contexto macro para observarmos, neste estudo, as assimetrias no exercício do jornalismo em relação às perspectivas raciais e de gênero. Assim, esta investigação é fruto de um projeto de pesquisa que busca analisar as desigualdades no exercício da profissão de jornalista nas cidades de São Luís e Imperatriz, no estado do Maranhão. Temos como base os dados do relatório *Perfil do jornalista brasileiro 2021* (Lima *et al.*, 2022), que aponta que o jornalismo no país é majoritariamente exercido por mulheres (58%), brancas (68%), solteiras (53%) e com idades até 40 anos. Já a amostra do levantamento do *Perfil racial da imprensa brasileira* (Bandeira, 2021) identificou somente 20,1% de jornalistas autodeclaradas/os negras/os nas redações (13,2% pardas/os e 6,9% pretas/os), sendo que a região Nordeste apresenta a maior concentração dessas/es profissionais (38,89%), enquanto o Sul possui o menor índice de representatividade (5,35%).

Esta pesquisa justifica-se pela escassez de dados específicos que discutam as assimetrias do jornalismo na perspectiva da raça e do gênero. Somado a isso, o território é um elemento fundamental que nos mobilizou para a realização do estudo. O recorte que abrange São Luís e Imperatriz decorre do fato de que são as duas maiores cidades do estado e as únicas com cursos de graduação em Comunicação/Jornalismo – o que facilitou o processo de levantamento de dados. A investigação foi composta por duas etapas, de modo que a primeira consistiu na aplicação de um questionário, respondido por 22 jornalistas, para mapeamento de perfis e compreensão sobre a rotina profissional. Na etapa seguinte, realizamos entrevistas semiestruturadas com nove jornalistas das duas cidades mencionadas.

O texto está organizado da seguinte forma: abordamos o mercado de trabalho no Brasil, com foco na população feminina negra; por conseguinte, apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa, explicitando os principais temas/reflexões que compuseram os questionários e as entrevistas, bem como o processo de disseminação e análise dos dados. Posteriormente, seguimos com a discussão dos achados relacionando-os ao referencial teórico, e, por fim, apresentamos a conclusão.

Desigualdades de gênero e raça no mercado do jornalismo no Brasil e no Maranhão

As desigualdades raciais e de gênero presentes nos mais diversos espaços da sociedade também persistem no mercado do jornalismo no Brasil. Com a finalidade de compreender o perfil das/os profissionais que exercem o jornalismo no país, partimos de duas pesquisas nacionais que abrem caminhos para que possamos direcionar nossas reflexões específicas em relação a raça, gênero e território no Maranhão. Segundo um levantamento publicado no *Perfil do jornalista brasileiro 2021* (Lima et al., 2022, p. 209), como mencionado, o jornalismo no país é composto majoritariamente por “mulheres (58%), brancas (68%), solteiras (53%) e de até 40 anos”. Nesta pesquisa, as/os profissionais autodeclaradas/os negras/os correspondem a quase 30,0% (20,6% pardas/os e 9,3% pretas/os).

A segunda pesquisa que nos auxilia na estruturação de reflexões teórico-metodológicas sobre o mercado de trabalho no jornalismo é o *Perfil racial da imprensa brasileira* (Bandeira, 2021). Nesse relatório, a amostra aponta que apenas 20,1% de jornalistas autodeclaradas/os negras/os (13,2% pardas/os e 6,9% pretas/os) atuam nas redações do país. Em relação às intersecções entre raça e território, o Nordeste concentra a maior parte de profissionais negras/os (38,89%), enquanto o Sul possui o menor índice de representatividade nas redações (5,35%).

Outro elemento importante que foi ressaltado no *Perfil racial da imprensa brasileira* é o impacto do racismo no desenvolvimento da carreira de jornalistas negras/os. O relatório verifica a maior proporção de profissionais brancos/as em cargos gerenciais, enquanto negras/as estão mais presentes em funções operacionais. Os dados evidenciam, ainda, uma série de desvantagens entre profissionais negras/os, como as carreiras menos longevas, menor quantidade entre elas/es ocupando cargos de chefia e realizando seus ofícios na modalidade home office, além de baixas oportunidades de desenvolvimento de carreira e dificuldade de ascensão, enquanto as promoções são mais recorrentes entre brancas/os (Bandeira, 2021).

De acordo com o relatório “Gênero e mídia”, da Article 19 (2018), as mulheres correspondem a um percentual de 50% da população mundial. Ainda que representem metade da população e possuam qualificação igual ou superior ao nível apresentado por homens, as mulheres ainda ocupam cargos de menor prestígio, além de receberem cerca de 30% a menos que colegas homens nas mesmas funções. O relatório evidencia como o machismo, o racismo, o sexismo e outras formas de opressão estruturam também as lógicas e hierarquias empresariais de mídia e configuram entraves importantes para o avanço de mulheres nas carreiras em comunicação. Veloso, Albuquerque e Mesquita (2019) observam que o jornalismo, tanto no Brasil quanto em diversos outros países do mundo, é marcado pela precariedade. Segundo as autoras, entre as principais violências apontadas pelas jornalistas destacam-se o assédio e a insegurança para realizar suas funções cotidianas.

Sobre investigações nacionais que olham para assimetrias raciais entre mulheres que atuam com produção jornalística na mídia ou fora dela, a pesquisa de Nayara Nascimento de Sousa (2022), embora observe uma amostra não probabilística, é importante por oferecer indícios do contexto maior. O estudo analisou respostas de 217 informantes, e, entre os resultados, a autora verificou que profissionais negras tendem a acumular trabalhos em mais de um setor no jornalismo, como assessoria e mídia, possuem vínculos empregatícios mais instáveis e maior carga horária de trabalho.

Em se tratando do mercado de trabalho em comunicação no Maranhão, e mais pontualmente sobre questões de raça e gênero, vale assinalar alguns estudos que nos ajudaram nessa intersecção. O levantamento de Queiroz (2022) buscou entender as condições de trabalho de jornalistas negras/os na cidade de Imperatriz e se tais profissionais identificaram situações de racismo em suas rotinas de trabalho. Embora não tenha um viés quantitativo e, deste modo, não faça um mapeamento do número de profissionais auto-

declaradas/os negras/os nas redações da segunda maior cidade do estado, entre os achados da pesquisa está o fato de que todas/os as/os participantes relataram situações de racismo, mais fortemente por colegas de trabalho (casos de sugerirem mudança no cabelo ou elogios quando estavam com os fios alisados, por exemplo, são recorrentes) e fontes (costumeiramente são questionadas/os se são mesmo a/o repórter ou formada/o em Jornalismo). O estudo apontou também que oportunidades e melhores salários eram mais atraentes para profissionais consideradas/os “morenas/os” ou brancas/os, mas dificilmente para as/os identificadas/os como negras/os.

Olhando para o telejornalismo da segunda maior cidade do estado, a investigação de Guimarães (2022) traz indícios da precarização e das condições de trabalho no setor. Mesmo não incluindo a capital São Luís e não tendo como foco questões de gênero e raça, o estudo é relevante por tratar do espaço mais consolidado da mídia tradicional de Imperatriz, a que mais emprega e tem melhor estrutura, o que acaba sendo um termômetro para entender a situação das condições de trabalho no recorte aqui proposto. De acordo com tal levantamento, que ouviu 55 profissionais que atuam ou já atuaram no telejornalismo imperatrizense e buscou fazer um comparativo dos trabalhos na última década, ratifica-se o rejuvenescimento das equipes, com profissionais prioritariamente na faixa de 20 a 30 anos. Destaca-se também um aumento significativo da carga horária de trabalho, que passou de seis a dez horas em alguns casos, além da redução das equipes. A pesquisa, que foi respondida majoritariamente por mulheres, identificou uma média de remuneração de até dois salários-mínimos. Em conclusão, verifica que o perfil das/os profissionais é de jovens do sexo feminino, com alta carga de trabalho e baixa remuneração.

Mais pontualmente sobre a questão de gênero e mercado de trabalho no jornalismo, há uma grande lacuna sobre esse universo no estado do Maranhão (Amorim; Bueno, 2019). Ao olhar para as questões de assédio sexual nas redações jornalísticas em Imperatriz, Amorim (2021) mostra que além de todas as jornalistas entrevistadas – seja em posição de subordinadas ou chefes, por colegas ou fontes, presencialmente ou por meio das redes sociais – já terem sofrido algum tipo de ato assediado, as profissionais autodeclaradas negras são atingidas por falas e atos que insinuam e fazem referência à cor de sua pele, sensualidade e tipo de cabelo. Ou seja, mesmo que todas as jornalistas de redação enfrentem situações de assédio, as profissionais negras sofrem o agravante do racismo.

Especificamente sobre a capital São Luís, há poucos estudos voltados para o mercado de trabalho em jornalismo com a intersecção de gênero e raça. Destaca-se uma pesquisa sobre as condições de produção de temas sobre violência contra a mulher em São Luís, desenvolvida por Medina (2022), na qual deixa algumas pistas e ratifica a aproximação com outros achados aqui apresentados. Em seu projeto, ao desenvolver a plataforma digital Femini para ajudar as jornalistas a encontrarem mais facilmente dados sobre a violência contra a mulher no Maranhão, a pesquisadora mostra, por exemplo, a partir de entrevistas com 23 jornalistas, que essas profissionais têm dificuldade de identificar a violência moral – elas, em sua maioria, disseram conhecer mais facilmente as violências física, sexual e psicológica. Essa complexidade de compreensão resulta no acobertamento de certos atos.

Embora tenhamos mapeado apenas um trabalho específico de São Luís, os estudos desenvolvidos sobre o mercado da comunicação em Imperatriz apontam indícios do contexto de exercício da profissão no estado, já que é sua segunda maior cidade em quantidade de habitantes e nos quesitos economia, polo universitário e veículos da mídia, entre outras características. As pesquisas citadas contribuem como bases para aproximar o entendimento, no estudo aqui apresentado, sobre o papel da jornalista negra no Maranhão e ratificar investigações nacionais.

Lelo (2019), ao olhar para a desigualdade de gênero no jornalismo, aponta que ela se manifesta mais comumente em três eixos:

1) Na divisão do trabalho, marcado por profissionais jovens, solteiras e com flexibilidade para conciliar duplas jornadas; ou seja, o processo de precarização do jornalismo parece estar relacionado diretamente à divisão sexual do trabalho. As baixas remunerações, a carga horária elevada, a juvenilização da profissão são também reflexos de um mercado majoritariamente ocupado por mulheres e pela desvalorização profissional destas;

2) Organizacional, representando a idealização masculina e a desigualdade salarial; diversas autoras (como Veiga, 2012) pontuam que as redações jornalísticas são estruturadas em torno do privilégio e da legitimação de características consideradas “masculinas” como desejáveis/confiáveis. Assim, as editorias mais valorizadas (as de hard news)¹ são destinadas a repórteres homens, assim como as posturas profissionais mais respeitadas são as que se aproximam de modelos masculinistas representados por “força, assertividade, objetividade”;

3) Rotinas produtivas que incluem a limitação de espaços e locais de fala. Ainda que sejam maioria no mercado jornalístico nacional, as mulheres participam pouco ou raramente de processos de tomada de decisões dentro das empresas, o que poderia favorecer um processo de mudança estrutural nas narrativas jornalísticas.

Metodologia

Este artigo se constitui como um recorte de uma pesquisa maior sustentada em um projeto que busca investigar aspectos de desigualdades no jornalismo do Maranhão em relação às perspectivas de raça e gênero. Os dados foram coletados a partir de duas técnicas metodológicas: aplicação de questionários utilizados para mapeamento de perfis; e realização de entrevistas semiestruturadas (Duarte, 2006) com jornalistas das cidades de São Luís e Imperatriz, no Maranhão.

A primeira etapa da investigação sobre as desigualdades relacionadas às perspectivas de raça e gênero no Maranhão correspondeu à aplicação de questionários para mapeamento de perfis e realidades. Ao todo, foram alcançadas 24 mulheres jornalistas profissionais que atuam na capital São Luís² e nos municípios de Imperatriz,³ Balsas⁴ e Açailândia⁵. Desse *corpus*, optamos por selecionar apenas as profissionais com vínculos empregatícios em São Luís e Imperatriz, totalizando 22 jornalistas, uma vez que as duas cidades tiveram maior número de respondentes dos questionários e de participantes que se propuseram a contribuir nas demais fases da pesquisa.

Além disso, São Luís e Imperatriz são, respectivamente, a capital e a segunda maior cidade do Maranhão. São também os dois únicos municípios do estado que oferecem cursos de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo em universidade pública, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o que possibilita um maior número de profissionais formadas atuantes nessas localidades. O questionário foi disponibilizado pela plataforma Google Forms para permitir a participação on-line das jornalistas, aumentando a chance de alcançar respondentes em diferentes contextos. Delimitamos cinco seções de perguntas, sendo elas: 1) Dados socioeconômicos; 2) Atuação profissional; 3) Ambiente de trabalho; 4) Percepções sobre o mercado jornalístico local; 5) Percepção sobre raça e gênero no cotidiano.

01 Nomenclatura utilizada no jornalismo para classificar notícias que são consideradas mais importantes, mais quentes.

02 São Luís, capital do estado do Maranhão, possui 1.037.775 habitantes (IBGE, 2022).

03 Considerada a segunda maior cidade maranhense, a população de Imperatriz é estimada em 258.682 habitantes.

04 O município de Balsas possui 96.951 habitantes (IBGE, 2021b).

05 Açailândia possui 113.783 habitantes (IBGE, 2021a).

A segunda etapa da pesquisa formatou-se a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com as jornalistas que se disponibilizaram a avançar na investigação. Neste tópico, trazemos relatos de diversos profissionais de Imperatriz e de duas jornalistas de São Luís com aspectos sobre como as trabalhadoras percebem o mercado local. O roteiro de entrevistas foi composto de três eixos fundamentais, elencados a partir das observações que os dados dos questionários sinalizaram. São eles: 1) Informações pessoais – dados gerais da entrevistada; carga horária diária e semanal de trabalho; experiência no mercado; 2) Rotina de trabalho – funções já desenvolvidas; cargos ocupados; cotidiano na redação; avaliação sobre o mercado maranhense de jornalismo; e 3) Percepções sobre raça e gênero – aspectos sobre dificuldades/entraves da profissão pelo fato de ser mulher; percepção sobre o espaço destinado às jornalistas negras; padrões estéticos; cargos de chefia; liberdade para discutir e pautar temas relacionados à raça e ao gênero no cotidiano da redação.

Nesse texto, nos ancoramos na perspectiva epistêmico-metodológica da *interseccionalidade* para compreender como os marcadores sociais de raça, gênero e território produzem subjetividades e lugares de exclusão para as profissionais do Maranhão. Desde 1984, Lélia Gonzalez já denunciava como o racismo e o sexismo operam em conjunto na vida de mulheres negras, configurando abismos e desigualdades sociais. Mas é no contexto estadunidense que o termo recebe essa nomenclatura, sobretudo a partir dos estudos da jurista Kimberlé Crenshaw (2002).

A autora identifica que, na experiência de determinadas populações, as opressões atuam de forma mútua e não de modo excludente – como é o caso da experiência de mulheres negras, afetadas duplamente pelo racismo e o machismo (Crenshaw, 2002). No Brasil, Carla Akotirene (2019) se aproxima do conceito proposto por Crenshaw e, ao chamar feministas decoloniais latino-americanas para o debate, aprofunda a discussão na tentativa de problematizar os efeitos da lógica colonial na articulação e na perpetuação das experiências inter cruzadas de discriminação. A seguir, discutimos os dados coletados nos questionários e abordamos as entrevistas.

Mapeamento de perfis e realidades no exercício profissional de jornalistas negras no Maranhão

Conforme explicitado nos procedimentos metodológicos deste trabalho, na primeira etapa foi aplicado um questionário sobre as desigualdades relacionadas às perspectivas de raça e gênero no Maranhão, com o objetivo de mapear perfis e realidades. Para este *corpus*, selecionamos as respostas de 22 mulheres jornalistas profissionais que atuam na capital São Luís e no município de Imperatriz, no Maranhão.

Desse modo, a análise dos dados aponta para elementos que foram destacados nas pesquisas nacionais (Lima *et al.*, 2022; Bandeira, 2021) utilizadas como bases teórico-metodológicas desta investigação. Corroborando os relatórios citados, identificamos a tendência de juvenilização do mercado de trabalho do jornalismo maranhense. Das profissionais que responderam ao questionário de mapeamento de perfis e realidades do Maranhão, a faixa etária predominante na amostra não probabilística foi de 25 a 34 anos, com 19 respondentes (73,1%), seguida por aquelas que possuem até 24 anos (15,4%). Os dados nos possibilitam verificar que, dentro do *corpus* de análise, o jornalismo tem sido desenvolvido majoritariamente por mulheres jovens, de até 34 anos (Sousa; Sousa; Nascimento, 2022).

Os dados ratificam as reflexões de Figaro e Nonato (2017, p. 47), por exemplo, ao refletirem sobre os novos arranjos das empresas de comunicação no país. Conforme pontuam as autoras, “pesquisas realizadas no Brasil sobre o trabalho do jornalista mostram o perfil dos profissionais: jovens, mulheres, multiplataformas, com vínculos precários de trabalho, baixos salários e sem condições editoriais de realizarem jornalismo independente”.

Alguns aspectos sobre a precariedade do mercado de trabalho no jornalismo que são destacados no *Perfil do jornalista brasileiro 2021* (Lima et al., 2022) também foram identificados nas respostas do questionário. No Maranhão, verificamos, por exemplo, a alta carga de trabalho semanal, sendo que: 34,6% das profissionais que responderam ao questionário apontaram que trabalham mais de 40 horas semanais; seguidas de 26,9% que atuam no jornalismo por 30 horas semanais; e de 23,0% com expediente de até 40 horas. O resultado corrobora também o levantamento de Guimarães (2022), citado anteriormente, que compara uma década na rotina das/os profissionais empregadas/os nas televisões de Imperatriz. No estudo, pode-se contabilizar um aumento de pelo menos quatro horas no expediente de trabalho na prática diária da/o profissional nos últimos dez anos.

Quando colocamos em evidência as disparidades que se aprofundam entre os marcadores de raça e gênero, podemos dialogar com dados do *Perfil racial da imprensa brasileira* (Bandeira, 2021) ao sinalizar a maior prevalência de duplo emprego na área da comunicação para jornalistas negras/os em comparação às/aos jornalistas brancas/os. Em relação à raça e ao gênero no Maranhão, 66,7% das jornalistas que fazem parte da pesquisa apontaram que possuem o segundo trabalho também na área da comunicação (Sousa; Sousa; Nascimento, 2022). De forma semelhante, a pesquisa de Sousa (2022) corrobora que mulheres pretas acumulam mais empregos em diferentes setores no jornalismo.

Olhando mais pontualmente para as respostas do questionário disseminado entre as jornalistas de São Luís e de Imperatriz, pode-se averiguar ainda que, mesmo sendo maioria nas redações, poucas mulheres ocupam cargos de chefia. Quando a raça é colocada em evidência, os aspectos de desigualdade se tornam ainda mais preocupantes. Das 22 respondentes do questionário, apenas uma indicou ser dona da própria empresa. Quando questionadas se já ocuparam cargos de chefia ou se já foram chefiadas por alguma mulher negra, menos da metade (41,7%) responderam que sim.

Inclusive, mesmo quando em números elas ocupam cargos de direção, as assimetrias de gênero persistem. O relatório *Mulheres no jornalismo brasileiro* (Mazotte; Toste, 2017), que buscou entender o espaço das editoras-chefes nas redações, entre outras questões, mostrou que, apesar de chefiarem esses espaços, mais da metade (53,4%) das respondentes de São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre acreditam que há mais oportunidades de progressão na carreira para os homens.

Quanto ao cenário de Imperatriz, o estudo de Amorim e Bueno (2023) mostra que na segunda maior cidade do Maranhão, num universo de 33 jornalistas empregadas nas 6 emissoras de TV, 1 jornal impresso, 3 sites de notícias e 7 rádios, a feminização atinge os quadros de chefia. No entanto, mesmo nesses locais de representatividade, todas disseram já ter sido assediadas moralmente e, por vezes, sexualmente. Pontuaram, ainda, que apesar de chefiarem as redações não conseguem ascender a posições de comando de decisões para além do conteúdo e da rotina.

Um fator interessante é que, diferente das jornalistas em outras posições, como a de repórter e produtoras, elas sentem que sofrem menos assédio sexual. Na percepção das entrevistadas, isso se dá devido ao prestígio do cargo. [...] No entanto, elas ainda se sentem assediadas moralmente por serem mulheres e jovens. Entre os principais desafios relatados, está o questionamento de suas habilidades e o sentimento de que precisam constantemente provar que possuem competência (Amorim; Bueno, 2023, p. 170).

Além da observação de que as profissionais negras ocupam menos cargos de prestígio, o que também é exposto nas investigações nacionais, percebemos no Maranhão que ocupar um espaço de poder não significa se blindar do racismo. Isso porque, das 9 jornalistas que afirmaram já ter ocupado cargos de chefia, 6 pontuaram que já foram desautorizadas no exercício da função; 4 argumentaram que precisaram se impor mais como chefes; e 2 relataram que foram questionadas sobre o motivo de estarem nesses cargos, ainda que possuíssem todos os requisitos de formação necessários para a ocupação da vaga (Figura 1).

Se você já ocupou cargo de chefia, assinale abaixo se já sofreu alguma dessas situações:

9 respostas

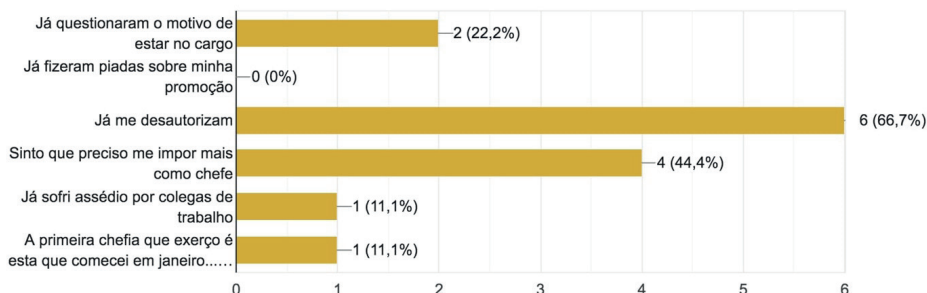


Figura 01: Relatos de situação de racismo entre as jornalistas negras em cargos de chefia

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Um eixo específico do questionário abordava perguntas sobre o mercado de trabalho a partir da perspectiva da raça e do gênero. Mesmo destacando que o mercado do Maranhão é composto majoritariamente por mulheres, mais da metade das respondentes afirmaram já ter sofrido algum tipo de discriminação pelo fato de serem mulheres (45,8%, 11 profissionais). Em relação à identificação de onde partiu a discriminação, 40% responderam que de colegas de trabalho; outras 40% destacaram que a violência partiu de fontes⁶ (homens) e 20% de chefes (homens). O resultado ratifica os achados de outros estudos, como a pesquisa de Amorim, Bueno e Carvalho (2020) que mostrou que, além dos colegas de trabalho, o assédio é costumeiramente praticado por fontes de entrevista, em geral homens em cargos de poder.

O dado acende o alerta de que, mesmo que o perfil da/o jornalista brasileira/o seja majoritariamente feminino, ainda assim os números e as percepções sobre o funcionamento das relações nas redações parecem sinalizar que as mulheres não se sentem totalmente seguras ou respeitadas para o desenvolvimento do ofício. Dois outros questionamentos presentes nos formulários apontam para uma contradição: quando perguntadas se têm liberdade para pautarem assuntos relacionados a gênero e direitos das mulheres, 66,7% das jornalistas responderam que sim. No entanto, na pergunta seguinte, quando questionadas sobre se acreditam que o mercado jornalístico local reproduz o machismo, 87,5% responderam afirmativamente. Ou seja, ainda que as chefias reconheçam e apoiem a necessidade de pautar/agendar assuntos relacionados às assimetrias de gênero, parece não haver um movimento maior de busca pela equidade na própria vivência das redações.

O trabalho de Sousa (2022) conclui que os ambientes de trabalho machistas são uma barreira para que as profissionais produzam a partir de uma perspectiva de gênero, uma vez que os estereótipos e a ideia de objetividade, notadamente masculinista, constroem a percepção de que as pautas com foco em mulheres se constituem em militância e, portanto, não têm legitimidade no jornalismo. Mesmo que elas tenham consciência individual da necessidade de abordar os temas com enfoque em gênero, incluindo questões de raça e idade, por exemplo, essas profissionais não se sentem apoiadas nas suas propostas e dentro da prática organizacional, o que acarreta o silenciamento delas e a invisibilização dessas produções.

06 Entende-se como fonte, no jornalismo, pessoas que são acionadas para a concessão de entrevistas e/ou para a coleta de dados e informações.

No que tange ao racismo, 91,7% das respondentes do questionário desta pesquisa acreditam que o jornalismo pode atuar na reprodução do racismo. Em uma das perguntas abertas, buscamos entender como as jornalistas analisam a reprodução do racismo pelo jornalismo local. As respostas foram as seguintes: “Não dando espaço para pessoas negras”; “Quando o mercado não reconhece ou questiona a competência de mulheres negras”; “Quando precisam que mudemos características nossas para nos encaixarmos no padrão branco do mercado”; “A começar pelos padrões impostos a repórteres, pois seguem um padrão branco, cabelo liso, pele clara”.

Questionamos se as informantes da pesquisa acreditavam que as mulheres negras poderiam ocupar um espaço de maior protagonismo no mercado jornalístico, e 100% das respondentes assinalaram que sim. Em seguida, as profissionais foram convidadas a responder de que forma poderia se concretizar esse maior protagonismo de profissionais negras no mercado. As principais respostas foram no sentido de uma maior ocupação de cargos de chefia e uma maior representatividade de mulheres negras como âncoras e repórteres. A Figura 2, a seguir, compila as percepções das informantes, em resposta a perguntas abertas do questionário, sobre como esse protagonismo das profissionais negras pode ser oportunizado pelo mercado do jornalismo.

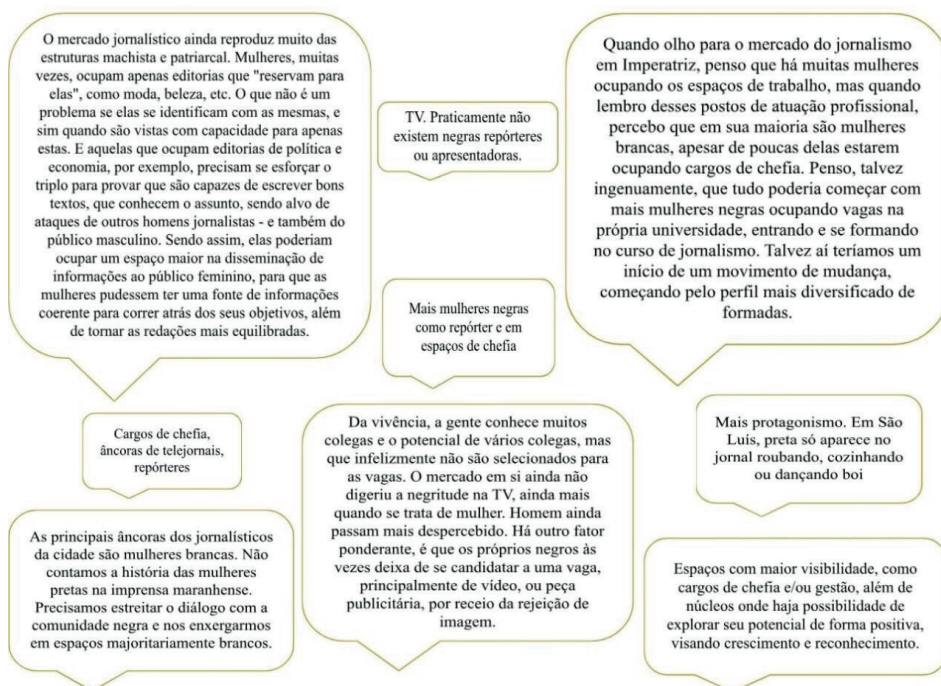


Figura 02: Percepções sobre como o mercado do jornalismo pode proporcionar o protagonismo de mulheres negras na profissão

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Na questão aberta relacionada às percepções sobre os temas das pautas, que pouco debatem a temática racial, podemos destacar: os não espaços para esclarecimentos de direitos ou a quem procurar quando se tem situações de racismo; na medida em que minimizam ou ignoram a existência do racismo estrutural; a forma de noticiar quando uma pessoa negra é presa, por exemplo, é totalmente diferente de quando essa pessoa é branca – negro: bandido/branco: estudante, empresário; faltam negros nas redações; os tipos de pautas, e até o perfil das mulheres que estão no mercado; baixo número de profissionais negros em cargos de liderança, pouca discussão sobre pautas raciais, além de matérias que reforçam estereótipos raciais; a escolha de pautas, visões meritocráticas, falta de recorte racial e autores majoritariamente brancos; reforçando os discursos racistas dominantes.

Por fim, o último dado referente à análise do questionário diz respeito às percepções das jornalistas sobre as situações em que elas enxergam como o racismo impacta sua rotina de trabalho. No Quadro 1, entre as principais menções, as informantes acreditam na falta ou baixa presença de profissionais negras/os nos espaços do jornalismo. Essa questão fica evidente em falas de que “Faltam negros nas redações” e “Poucos profissionais negros em cargos de liderança”. Os padrões estéticos impostos que são diretamente relacionados aos modelos da branquitude também são uma barreira, além das pautas que não privilegiam perspectivas da população negra.

| Reprodução do racismo no jornalismo local |
|--|
| Sem espaço para pessoas negras |
| Mercado não reconhece ou questiona a competência de mulheres negras |
| Mercado exige que mudem características para se encaixar no padrão branco do mercado |
| Padrões impostos a repórteres (cabelo liso, pele clara) |
| Negação da existência do racismo estrutural |
| Tratamento dado a fonte negra |
| Faltam negros nas redações |
| Perfil da pauta com fontes negras |
| Poucos profissionais negros em cargos de liderança |
| Poucas pautas raciais |
| Visões meritocráticas nas matérias |
| Discursos racistas dominantes |

Quadro 01: Percepção das jornalistas sobre como o racismo é identificado na sua prática

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Conforme Bento (2022) explica, o mercado de trabalho privilegia profissionais que fazem parte do perfil branco, de modo que as competências exigidas são atravessadas pelo “pacto narcísico da branquitude”. Solicitar que as jornalistas mudem a aparência para se adequarem ao padrão branco se configura numa violência imposta pelo racismo estrutural. Como Gonzalez (1984, p. 230) pontua, “afinal, ‘boa aparência’ como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria ‘branca’, unicamente atribuível a ‘brancas’ ou ‘clarinhas”.

As respostas das profissionais sobre como o jornalismo atua na reprodução do racismo permitem compreender que, além de não se sentirem valorizadas ou reconhecidas no desempenho de suas funções, essas jornalistas ainda precisam conviver com as violências discursivas e simbólicas de redações que ne-

gam a existência do racismo estrutural e reproduzem ideais meritocráticos. Junto a isso, destaca-se também o fato de que muitas profissionais são a única ou uma das poucas jornalistas negras presentes em determinadas redações, o que pode despertar também um sentimento de desamparo e insegurança.

Percepções das jornalistas de São Luís e Imperatriz sobre o mercado jornalístico

A segunda etapa da pesquisa realizou-se a partir da condução de entrevistas semiestruturadas com as jornalistas que se disponibilizaram a avançar na investigação. Neste tópico, trazemos relatos diversos de jornalistas de Imperatriz e de duas jornalistas de São Luís com aspectos sobre como as profissionais percebem o mercado de trabalho local. O roteiro de entrevistas foi estruturado em três eixos fundamentais, elencados a partir das observações que os dados dos questionários sinalizaram (Quadro 2).

| Eixo | Detalhamento |
|--------------------------------|--|
| Informações pessoais | Dados gerais da entrevistada, carga horária diária e semanal de trabalho e experiência no mercado |
| Rotina de trabalho | Funções já desenvolvidas, cargos ocupados, cotidiano na redação e avaliação sobre o mercado maranhense de jornalismo |
| Percepções sobre raça e gênero | Aspectos sobre dificuldades/entraves da profissão pelo fato de ser mulher; percepção sobre o espaço destinado às jornalistas negras; padrões estéticos; cargos de chefia; liberdade para discutir e pautar temas relacionados à raça e ao gênero no cotidiano da redação |

Quadro 01: Percepção das jornalistas sobre como o racismo é identificado na sua prática

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Embora vivenciem realidades distintas devido ao fato de estarem localizadas em contextos territoriais diferentes, as jornalistas pontuam realidades bastante parecidas em relação à precarização do mercado de trabalho. Altas cargas de horário diárias e semanais, a exigência por profissionais multifuncionais e o não pagamento do piso salarial são alguns dos elementos mais abordados em relação às desvantagens do mercado de trabalho no Maranhão.

Em relação ao gênero, ainda que identifiquem que as redações são mais ocupadas por jornalistas mulheres, os cargos de chefia não representam isso, já que a quase totalidade deles são ocupados por homens brancos. Outro ponto que foi observado pelas jornalistas entrevistadas é que as profissionais negras ocupam majoritariamente cargos “de bastidores”, em cargos classificados como “fora da mídia”, conforme identificado nas pesquisas nacionais *Perfil do jornalista brasileiro 2021* (Lima et al., 2022) e *Perfil racial da imprensa brasileira* (Bandeira, 2021). Boa parte das jornalistas entrevistadas comentaram já terem tentado trabalhar diante das câmeras, mas nunca conseguiram ser aprovadas em processos seletivos para as TVs locais.

Então na maioria das empresas que eu passei, geralmente, eu era a única mulher negra, e no mercado em si eu acho que eu posso contar no dedo. E também reflete isso, né? Tem pouca, eu sinto bem refletida assim a falta de jornalistas negras no mercado. Eu até fiz uma vez, escrevi uma crônica sobre isso que se chamava “Nem todas somos Maju Coutinho”, né? Porque tem essa questão essa pouca representatividade negra e aí aquela coisa assim meio: “Ah, já tem aqui, vamos dizer, a cota”. O que eu noto menos ainda na televisão, é algo que me incomoda muito. Eu praticamente não vejo mulheres como eu na TV, tanto a de Imperatriz quanto a nível nacional. Eu não me enxergo na televisão como jornalista (Jornalista 1, 2022).⁷

Além de destacarem a pouca presença de jornalistas negras nas redações, as profissionais ainda ressaltam que, em determinados veículos, como a TV, é quase inexistente a presença de jornalistas negras na função de repórteres ou âncoras. Quando a jornalista entrevistada faz uma provocação no sentido de chamar a atenção de que “nem todas as jornalistas negras são a Maju Coutinho”, reverbera uma dinâmica que é muito presente no audiovisual brasileiro: o *fenômeno do negro único* (Corrêa; Bernardes, 2019), quando um único negro é colocado nas produções audiovisuais como se fosse representante e respondesse por toda uma raça. Corrêa e Bernardes (2019) desenvolvem discussões sobre as representações imagético-televisivas na construção da negritude como categoria marginal, reforçando também a divisão racial do trabalho.

Vilas Bôas (2020) desenvolve uma importante reflexão sobre como a linguagem no telejornalismo, tradicionalmente “padrão e objetiva”, pode atuar no reforço e na naturalização de situações de opressão, sobretudo na supressão das diferenças e diversidades. As principais exclusões observadas pela autora se estruturam em torno da raça e do gênero, “localizando o telejornalismo como parte de um sistema opressivo que interpela os sujeitos também a partir de aspectos subjetivos como raça e classe” (Vilas Bôas, 2020, p. 167).

É importante destacar que, atualmente, verifica-se um movimento de mudança no telejornalismo e nas normas antes consideradas padrão. Esse processo tem sido mobilizado principalmente pelas linguagens e novas estéticas implementadas nas plataformas de redes sociais, nos serviços de *streaming* e nas expansões das telas, que têm possibilitado a projeção e o protagonismo de corpos e estéticas mais diversos e plurais. Cabe também ressaltar e demarcar o tensionamento realizado a partir dos movimentos feministas e antirracistas para que essas mudanças possam ocorrer no jornalismo.

Ainda sobre a configuração de normas e práticas no telejornalismo, a autora destaca um suposto código de conduta na área que se aproxima do masculino e, de certa forma, faria com que as jornalistas mulheres precisassem se enquadrar dentro dessa lógica, seja no corte de cabelo, no estilo de vestimenta e, até mesmo, no “pouco uso de acessórios”. Vilas Bôas (2020, p. 170) classifica tais códigos como “convenções do jornalismo”, que seria um “lugar de regulação e violência dos corpos e das subjetividades dos sujeitos repórteres”. Em sua análise, as “convenções do jornalismo” sugeririam maior “credibilidade e seriedade” no desempenho da função (Vilas Bôas, 2020, p. 169).

A reflexão sobre uma possível estética padrão exigida para o exercício do telejornalismo pode ser aprofundada, ainda, quando as jornalistas pontuam que não sofrem pressões estéticas nos cargos e funções por elas assumidas no momento. O fato de estarem “fora da mídia” parece conferir maiores liberdade estética e valorização dessas profissionais, que encontram nas assessorias de imprensa ambientes em que podem falar mais abertamente sobre aspectos envolvendo marcadores sociais de raça e gênero. Ainda assim, estar num ambiente em que se tenha mais autonomia não significa que os efeitos da precarização do trabalho nas dimensões de raça e gênero serão suavizados.

07 Os nomes dos entrevistados foram substituídos por “Jornalista 1”, “Jornalista 2” etc. com o objetivo de proteger a identidade dos participantes e respeitar os preceitos éticos da pesquisa. Também foram suprimidas informações sobre qual cidade cada jornalista trabalha, evitando, assim, qualquer possibilidade de identificação com base em seus relatos.

08 Maria Júlia Coutinho, Maju Coutinho, é uma jornalista, apresentadora e âncora negra de telejornalismo da TV Globo. Já atuou no *Jornal Hoje* e atualmente compõe a equipe do *Fantástico*.

Já fui chefe [...] e também já fui chefe de comunicação [...] e nas duas eu podia atestar que eu ganhava menos que o chefe anterior que era homem. Então, assim, nas duas vezes eu ganhava bem menos do que o chefe anterior que era um homem, nas duas situações de chefia. Na atual agência que eu tô, isso não aconteceu, graças a Deus. Homens e mulheres que passaram pelo cargo recebiam a mesma base salarial, mas em outras empresas não, a diferença era gritante (Jornalista 1, 2022).

Além da diferença salarial identificada pelas profissionais mesmo que ocupem e desenvolvam a mesma função que um jornalista homem, o descrédito e o assédio são outros dois elementos muito pontuados em suas falas e que, em alguma medida, se cruzam. Declarar que clientes ou assessorados solicitaram opinião ou conselho de um profissional homem ou que estes ocupam mais espaço de fala em reuniões é uma dinâmica muito presente nos ambientes de trabalho. Também chama a atenção as “brincadeiras” de cunho machista protagonizadas por colegas do gênero masculino.

Nós estávamos em uma reunião de gerenciamento de crise na empresa e às vezes o cliente tem muito aquilo, assim, ainda bem que hoje a gente tem uma equipe e a gente tem cliente que são bem conscientes tanto da minha posição quanto da responsabilidade da equipe como um todo, mas às vezes sempre tem um cliente ou outro que... É quando chega em situações um pouco mais drásticas, assim, gerenciamento de crise mais expressivo, ele acha que você não vai dar conta. E aí ele sempre pede que “Ah, chama o chefe, então”. Quem é o meu chefe, né? O dono... Então teve uma situação específica com cliente que estávamos passando por um gerenciamento de crise bem extenso mesmo, e aí ele pediu uma reunião com o chefe, porque ele queria conversar especificamente com o chefe. E aí tudo bem. Eu falei: “Não, não tem problema. A gente vai marcar sim”. E aí nós marcamos. E aí ele já estava bem à flor da pele, assim. Não querendo ouvir muito o que a gente tinha para falar. E aí na reunião, a gente marcou e tal, e aí a gente entrou na reunião, obviamente todas as meninas, o chefe e mais uma pessoa da [...] que é homem. Aí esse cliente pegou e falou assim... Tava todo mundo, a reunião era on-line, né. Ele falou assim: “As meninas aí que estão na reunião, me desculpem, mas neste momento eu vou direcionar só pro chefe e pro fulano”, que era o outro colega. E aí eu falei assim: “Tudo bem, então. É boa reunião pra vocês”. E aí eu saí da reunião. E aí as meninas também ficaram assim, eu falei: “Bom, se a reunião não era direcionada a mim e se a pessoa não iria ouvir o que eu ia dizer, não tinha sentido em continuar na reunião”. Então eu apenas me despedi: “Ok pessoal, boa reunião”, e saí da reunião (Jornalista 4, 2022).

Olhando para o universo da assessoria de imprensa na cidade de Imperatriz, a pesquisa de Bueno, Carvalho e Lima (2022) detalha como o assédio, tanto moral quanto sexual, atinge também profissionais que estão num campo considerado de menor evidência que a redação e o telejornalismo. A investigação, que ouviu profissionais de assessorias privadas e governamentais, reuniu relatos de jornalistas que sofrem muitos tipos de assédio na sua prática. Chama a atenção que esses casos sejam substancialmente praticados por chefes homens e minimizados por colegas mulheres quando se trata de assédio moral. Em síntese, um universo marcado pelo machismo estrutural.

Uma pesquisa desenvolvida no ano de 2017 pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) em parceria com a organização Gênero e Número aponta que 65,7% das jornalistas já foram confrontadas sobre sua competência profissional (Mazotte; Toste, 2017). Os comentários partem tanto de colegas que desempenham a mesma função quanto de pessoas em cargos superiores. Além disso, 75,3% das jornalistas também denunciam que já foram vítimas de comentários sobre a roupa que vestiam, sobre seus corpos ou aparência.

Já em relação ao assédio, este aparece tanto em relação à dimensão moral – quando as jornalistas pontuam sobre a desconfiança sobre a capacidade delas no desenvolvimento de determinada função –, passando pela postura – que muitas vezes precisa ser mais dura para que possam ser respeitadas –, até o próprio cerceamento sobre o tipo de roupa que podem ou não ser usadas a depender dos cargos e funções. Segundo as jornalistas, não há um código de vestimenta nas empresas, mas muitas se sentem pouco à von-

tade em trajar vestidos ou decotes devido ao medo de serem assediadas ou “não levadas a sério”.

A temática do assédio tem sido uma preocupação e uma pauta nos levantamentos de pesquisas nacionais. É o que revelam os dados da pesquisa sobre o *Perfil do jornalista brasileiro 2021* (Lima *et al.*, 2022): a investigação mostra que 40,6% das/os jornalistas responderam positivamente ao serem questionadas/os se já haviam sofrido assédio moral, enquanto o percentual é de 11,1% para assédio sexual (Lima *et al.*, 2022).

Os depoimentos são importantes para tentarmos compreender que alguns aspectos de precarização do mercado de trabalho no jornalismo do Maranhão podem estar diretamente relacionados ao gênero e à raça. Altas cargas de trabalho, em alguns casos o não recebimento do piso salarial, as cobranças excessivas e que destoam dos cargos ocupados, salários inferiores aos recebidos por homens na mesma função, por exemplo, são elementos citados pelas jornalistas, que não só revelam a insatisfação com as condições de trabalho oferecidas pelo mercado local, como também são fatores importantes para a descontinuidade na carreira do jornalismo – realidade que, conforme fica evidente nos dados dos questionários e também nos depoimentos, é uma dinâmica que afeta de forma mais violenta as profissionais negras.

Eu formei, comparada com outras turmas que vieram antes de mim, eu formei com mais mulheres negras. Assim, era uma turma de dezoito pessoas, pelo menos oito eram de mulheres negras, e só três, da nossa turma que formou, estão no mercado de trabalho hoje, no jornalismo. As outras mulheres negras fizeram outra formação, procuraram outra área. E a gente ainda tem um resultado até “alto” comparado com outras turmas, então assim é “Nossa, ainda tem três”, sabe? (Jornalista 1, 2022).

Em relação ao grau de satisfação no mercado de trabalho das duas cidades pesquisadas, os depoimentos das jornalistas se aproximam ao analisar que o trabalho no jornalismo é mal remunerado; por vezes, nem o piso salarial é respeitado. Embora todas as jornalistas entrevistadas afirmem receber o piso salarial ou acima dele, reconhecem casos em que profissionais do jornalismo em São Luís e Imperatriz recebem menos do que isso. Junto à remuneração, elas denunciam as cargas horárias elevadas, muitas vezes sem horários fixos, e a falta de remuneração para atividades extras. Estes dois pontos são os mais citados e impactam diretamente na falta de valorização profissional.

Eu acho que o mercado de trabalho na área da comunicação aqui, de maneira geral, ele tem que basicamente as pessoas entender a importância do que é feito e de cima para baixo. Não é o cliente que vai começar a entender a importância do seu trabalho, é o seu patrão, as pessoas que estão ali te contratando, te dando um salário justo, com uma carga horária de trabalho justa, sem acúmulo de funções. Então, eu acho que tem que começar daí. Valorizando o profissional e entendendo que, não aqui querendo exercer um discurso elitista da mão de obra qualificada, mas de certa forma executamos tarefas na comunicação que não podem ou não deveriam ser executadas por pessoas que não estão aptas a exercer (Jornalista 7, 2022).

Além da remuneração e da carga horária, outras profissionais levantaram a necessidade de melhores condições estruturais de trabalho, a visibilidade racial e a urgência por maior atenção às pautas sobre direitos das mulheres e da população negra.

Primeiro essa questão de visibilidade. Visibilidade racial, porque eu acho que é algo que não representa. A gente abre a TV e a gente lembra até de pessoas do cenário brasileiro, da Maju, de outros tantos que estão aí, que ainda é um número pequeno, mas aqui é um número bastante reduzido, né? É um número reduzido demais. Eu acho que a gente tem que dar visibilidade a todas as vozes, e não apenas na questão racial. Por exemplo, a gente não olha outras pessoas com problemas de deficiência ou alguma coisa. A gente quase não olha também eles inseridos nesses espaços, né? Eu conheço alguns jornalistas que trabalham com deficientes visuais ou deficientes auditivos. E eles não têm espaço para isso, não têm espaço tanto para essas pessoas aparecerem quanto não existem recursos para que elas estejam inseridas dentro desse contexto jornalista. Isso também é importante (Jornalista 2, 2022).

Outro aspecto que escancara as assimetrias que se entrecruzam com os marcadores de raça e gênero em relação à carreira jornalística de profissionais negras é o exercício da profissão e o impacto na maternidade. A não maternidade aparece em diversos depoimentos e também nos dados dos questionários como uma perspectiva importante a ser analisada. As cargas horárias elevadas, a juventude, a dinâmica de ter mais de um trabalho para a complementação da renda e a falta de segurança no mercado de trabalho, inclusive com maior dificuldade de acesso a espaços por ser mulher negra, são alguns dos fatores que se interseccionam e que podem impactar diretamente em uma decisão compulsória pela não maternidade ou por seu adiamento.

Considerações finais

Veloso, Albuquerque e Mesquita (2019) discutem sobre a “divisão sexual do trabalho” que estrutura o trabalho em comunicação no Brasil. Mesmo que pesquisas recentes constatem que o jornalismo é majoritariamente feminino (Lima *et al.*, 2022), observa-se uma baixa ocupação de cargos de chefia por mulheres, e, quando acionamos a perspectiva racial, esse número é ainda menor. As autoras destacam que há uma baixa atuação feminina em funções como “produção de conteúdo, cargos executivos e como porta-vozes da comunicação” (Veloso; Albuquerque; Mesquita, 2019, p. 135). Os dados de pesquisas nacionais sobre o perfil de jornalistas brasileiros mostram o exercício do jornalismo como majoritariamente feminino, mas tanto essas investigações quanto as várias citadas neste texto apontam que não é suficiente as mulheres representarem a maioria no mercado de trabalho se não ocuparem cargos gerenciais ou de comando – posições que as colocariam em possibilidade de alterar as estruturas e mobilizar a equidade tão necessária na profissão.

Além disso, aspectos sobre a precarização da profissão ao longo dos anos parecem sinalizar que o gênero é um fator determinante na desvalorização da profissão. Como maioria nos postos operacionais, as mulheres são também as mais afetadas pelas longas cargas horárias, pelas baixas remunerações e pela dupla afetação do racismo e do sexismo no cotidiano das redações – o que configura um entrave e um abismo ainda maior para a continuidade e a promoção de carreiras de profissionais negras.

Tal perspectiva também é sinalizada no estudo desenvolvido por Lima, Santos e Tavares (2019) ao analisarem as rotinas relacionadas ao gênero nas redações jornalísticas das cidades de Balsas e Imperatriz, no Maranhão. As autoras levantam a discussão a partir de dados de pesquisas nacionais que mostram a presença majoritariamente feminina no mercado, mas que tal dado não é suficiente para mover as estruturas patriarcais. Pelo que temos identificado na investigação desenvolvida, o gênero e a raça são marcadores sociais da diferença que constituem entraves e funcionam como obstáculos para o desenvolvimento de carreiras de sucesso por profissionais negras, ainda que estas apresentem todos os requisitos necessários para ocupar cargos de maior prestígio e possam avançar em suas carreiras através de promoções.

A pesquisa de Lima, Santos e Tavares (2019) em cidades do interior do Maranhão sinaliza que o perfil das jornalistas é marcado pelo baixo tempo de mercado, de 2 a 5 anos, e que cerca de 62% trabalharam ou trabalham no ramo televisivo. Tal dado também é observado nas pesquisas de Veloso, Albuquerque e Mesquita (2019), que sinalizam que as mulheres estão majoritariamente em veículos de comunicação considerados “dentro da mídia”, ainda que não ocupem cargos de gestão. Esse dado, no entanto, não dialoga com os achados da pesquisa que desenvolvemos sobre raça e gênero no mercado jornalístico. Nela, observamos que as mulheres negras são maioria em cargos considerados “fora da mídia”, ou seja, estão em sua maioria em cargos de assessoria de imprensa. Muitas das jornalistas destacam, inclusive, que já fizeram diversos testes para atuar no telejornalismo, mas nunca obtiveram êxito.

Embora alguns avanços tenham sido identificados nos últimos anos em relação ao padrão estético considerado “ideal” para ocupação de determinados postos no jornalismo, esta pesquisa sinaliza que ainda existe um código de vestimenta e de postura relacionados ao feminino. Assim, as mulheres são constantemente controladas e vigiadas em relação às roupas que usam, escolhas pessoais – inclusive relacionadas à maternidade – e imagem corporal. Ao refletirmos sobre a combinação de raça, gênero e território, compreendemos que para as jornalistas negras e nordestinas o caminho parece ser ainda mais difícil.

Outro ponto que chama a atenção nesta pesquisa é a juvenilização das jornalistas negras no Maranhão. Os dados apontam indícios de um fenômeno possivelmente muito recente no crescimento da inserção de mulheres negras no mercado do jornalismo no estado – o que pode ter relação com o maior ingresso de jovens negras nos cursos de Comunicação nas cidades aqui analisadas. Desse modo, consideramos esse cenário positivo por indicar pequenas mudanças no perfil racial das/os profissionais, porém essas transformações ainda não são acompanhadas de uma cultura antirracista e anticissexista nos ambientes de trabalho, além da efetivação de direitos trabalhistas como remuneração e carga horária conforme estabelecem as legislações vigentes.

Os achados que dizem respeito a maternidade/não maternidade também merecem destaque e um maior aprofundamento em estudos posteriores. A literatura aponta que o mercado jornalístico impõe uma série de dificuldades para mulheres que maternam, impondo um controle dos corpos femininos, especialmente das profissionais negras, que encontram mais barreiras que as brancas. Uma das entrevistadas da pesquisa de Leite (2017) pontua que as jornalistas tendem a “se comportar como homens” para conseguirem valorização, e isso inclui a não maternidade.

Nesse sentido, o jornalismo ainda é uma profissão excessivamente masculinista e reproduz uma visão de que o cuidado das crianças é atribuição exclusiva da mulher, de modo que isso não teria relação com os homens. Isso pode determinar a escolha compulsória pela não maternidade ou por seu adiamento. Assim, é importante que outras investigações discutam o problema e consigam adentrar o mercado de trabalho para provocar mudanças na maneira como a maternidade é encarada e tratada pelas empresas.

Os dados coletados tanto nos questionários quanto nas entrevistas apontam para camadas de desigualdade no mercado de trabalho do jornalismo que se aprofundam quando gênero e raça são interseccionados. Altas cargas de trabalho, baixas remunerações, insegurança e falta de proteção são alguns dos aspectos de precarização apontados pelas jornalistas negras das cidades de São Luís e Imperatriz. Em contribuição aos estudos no campo da Comunicação, os resultados desta investigação evidenciam, ainda, que o racismo é um elemento estrutural no jornalismo, identificado nas disparidades enfrentadas pelas jornalistas negras para permanecerem ou se destacarem na profissão. Deste modo, a pesquisa se mostra relevante para observarmos essas assimetrias e, coletivamente, pensarmos em formas de superação das problemáticas aqui discutidas, tanto no mercado quanto na academia.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMORIM, J. L. **O corpo está no contrato?:** estudo sobre as ocorrências de assédio sexual contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz. 2021. 139f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021.

_____.; BUENO, T. Mulheres jornalistas em pauta: Estado da Arte sobre assédio moral e sexual no Brasil. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 153-170, jul.-dez. 2019.

_____.; _____.; Violência de gênero não escolhe cargo: as jornalistas chefes e o assédio no trabalho. **Asas da Palavra**, on-line, v. 20, n. 1, p. 153-177, jan.-jun. 2023.

_____.; _____.; CARVALHO, M. Assédio nas plataformas digitais: estudo das relações de trabalho das jornalistas no MA. **Revista Esferas – Revista Interprogramas de Pós-Graduação em Comunicação do Centro Oeste**, n. 17, p. 87-97, maio 2020.

ARTICLE 19. **Gênero e mídia:** um olhar de gênero para o ambiente de mídia brasileiro. São Paulo: Article 19; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2018. Disponível em: <<https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2018/05/G%C3%AAnero-M%C3%ADdia.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BANDEIRA, M. (Coord.). **Perfil racial da imprensa brasileira**. São Paulo: Jornalistas & Cia; Portal dos Jornalistas; Instituto Corda/I'Max, 2021.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BUENO, T.; CARVALHO, M.; LIMA, I. Mulheres na assessoria de imprensa: relatos de assédios em Imperatriz (MA). **Revista Cadernos de Comunicação**, Santa Maria, v. 26, n. 1, art. 5, p. 2-22, 2022.

CORRÊA, L. G.; BERNARDES, M. “Quem tem um não tem nenhum”: solidão e sub-representação de pessoas negras na mídia brasileira. In: CORRÊA, L. G. (Org.). **Vozes negras em comunicação:** mídias, racismos, resistências. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis [on-line], ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 62-83.

FIGARO, R.; NONATO, C. Novos “arranjos econômicos” alternativos para a produção jornalística. **Contemporânea – Comunicação e Cultura**, v. 15, n. 1, p. 47-63, 2017. DOI: <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v15i1.21451>.

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, L. M. **Dez anos de telejornalismo em Imperatriz**: as mudanças das condições de trabalho na perspectiva dos profissionais. 2022. 75f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil/Maranhão/Açailândia. 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/acailandia/panorama>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

_____. Brasil/Maranhão/Balsas. 2021b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/balsas/panorama>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

_____. Brasil/Maranhão/São Luís. 2021c. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

LEITE, A. T. B. Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres no jornalismo. **Cadernos de Pesquisa**, on-line, v. 47, n. 163, p. 44-68, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/198053143810>.

LELO, T. V. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis [on-line], v. 27, n. 2, e54225, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254225>.

LIMA, D. S.; SANTOS, W. O.; TAVARES, C. Q. Relações de gênero na rotina de trabalho de mulheres jornalistas: um estudo de Imperatriz e Balsas, no Maranhão. **Âncora: Revista Latino-Americana de Jornalismo**, on-line, v. 6, n. 2, p. 300-321, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-375X.2019v6n2.49585>.

LIMA, S. P.; MICK, J.; NICOLETTI, J.; BARROS, J. V.; HENRIQUES, R. P.; MOLIANI, J. A.; PATRÍCIO, E.; PEREIRA, F. H.; ZACARIOTTI, M. *Perfil do jornalista brasileiro 2021*: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Quorum Comunicação, 2022.

MAZOTTE, N.; TOSTE, V. (Coord.). **Mulheres no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Abraj, 2017.

MEDINA, A. P. R. **FEMINI**: Jornalismo guiado por dados na construção de uma plataforma sobre violência contra mulher em São Luís. 2022. 130f. Dissertação (Mestrado Profissional em Comunicação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

NITAHARA, A. Pela primeira vez, negros são maioria no ensino superior público. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro [on-line], 13 nov. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

QUEIROZ, W. S. **A pele que habito**: a construção da identidade profissional dos jornalistas negros em Imperatriz – MA. 2022. 104f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022.

SANTOS, H.; SOUZA, M. G.; SASAKI, K. O subproduto social advindo das cotas raciais na educação superior do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, on-line, v. 94, n. 237, p. 542-563, 2013.

SILVA, T. D. **Ação afirmativa e população negra na educação superior**: acesso e perfil discente. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021.

SOUSA, L. L.; SOUSA, N. N.; NASCIMENTO, S. S. S. Assimetrias de raça e gênero no exercício do jornalismo no Maranhão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 20., 2022, Fortaleza. **Anais eletrônicos**. Campinas: Galoá, 2022. p. 1-17. Disponível em: <<https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2022/trabalhos/assimetrias-de-raca-e-genero-no-exercicio-do-jornalismo-no-maranhao?lang=pt-br>>. Acesso em: 22 maio 2024.

SOUSA, N. N. **Entraves para a produção jornalística com perspectiva de gênero a partir da feminização do jornalismo no Brasil**. 2022. 200f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022.

VEIGA, M. **Gênero**: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 9, n. 2, p. 490-505, jul.-dez. 2012.

VELOSO, A; ALBUQUERQUE, R.; MESQUITA, G. A reprodução da divisão sexual de trabalho nos grupos de mídia: breve análise da situação profissional das mulheres no jornalismo. **Âncora: Revista Latino-americana de Jornalismo**, v. 6, n. 2, p. 133-159, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-375X.2019v6n2.49577>.

VILAS BÔAS, V. Mulher, negra e repórter: atravessamentos entre gênero, raça, subjetividade e telejornalismo na trajetória de Glória Maria. **Eco-Pós**, on-line, v. 23, n. 3, p. 165-184 2020. DOI: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27620>.

Informações sobre o artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese

Não se aplica.

Fontes de financiamento

Editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021 e Código de Financiamento 0001.

Apresentação anterior

Alguns dados desta pesquisa já foram divulgados no 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em Belo Horizonte (MG), 2023, e no 20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, em Fortaleza (CE), 2022. Porém, neste texto, trazemos outros pontos de reflexão e de diálogo.

Agradecimentos/Contribuições adicionais

Não se aplica.

Informações para textos em coautoria

Concepção e desenho da pesquisa

Leila Lima de Sousa, Thaísa Cristina Bueno e Nayara Nascimento de Sousa

Coleta de dados

Leila Lima de Sousa e Thaísa Bueno

Análise e/ou interpretação dos dados

Leila Lima de Sousa, Thaísa Cristina Bueno e Nayara Nascimento de Sousa

Escrita e redação do artigo

Leila Lima de Sousa, Thaísa Cristina Bueno e Nayara Nascimento de Sousa

Revisão crítica do conteúdo intelectual

Leila Lima de Sousa e Thaísa Cristina Bueno

Formatação e adequação do texto ao template da E-Compós

Leila Lima de Sousa, Thaísa Cristina Bueno e Nayara Nascimento de Sousa

Informações sobre cuidados éticos e integridade científica

A pesquisa que resultou neste artigo teve financiamento?

Sim.

Financiadores influenciaram em alguma etapa ou resultado da pesquisa?

Não.

Liste os financiadores da pesquisa:

Editais do CNPq (CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 e Código de Financiamento 0001).

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com os financiadores da pesquisa?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não há vínculos deste tipo.

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização mencionada pelo artigo?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não há vínculos deste tipo.

Autora, autor, autores têm algum vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização que pode ser afetada direta ou indiretamente pelo artigo?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não há vínculos deste tipo.

Interferências políticas ou econômicas produziram efeitos indesejados ou inesperados à pesquisa, alterando ou comprometendo os resultados do estudo?

Não.

Que interferências foram detectadas?

Nenhum efeito inesperado do tipo foi detectado.

Mencione outros eventuais conflitos de interesse no desenvolvimento da pesquisa ou produção do artigo:

Não há conflitos de interesse.

A pesquisa que originou este artigo foi realizada com seres humanos?

Sim.

Entrevistas, grupos focais, aplicação de questionários e experimentações envolvendo seres humanos tiveram o conhecimento e a concordância dos participantes da pesquisa?

Sim. As participantes disponibilizaram seus contatos telefônicos concordando com a participação nas entrevistas da pesquisa. No momento da realização das entrevistas, consentiram novamente, inclusive com a gravação delas.

Participantes da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido?

Não.

A pesquisa tramitou em Comitê de Ética em Pesquisa?

Não.

O Comitê de Ética em Pesquisa aprovou a coleta dos dados?

A pesquisa não tramitou em Comitê de Ética em Pesquisa.

Mencione outros cuidados éticos adotados na realização da pesquisa e na produção do artigo:

Para proteger as identidades das participantes da pesquisa, foram tomadas algumas medidas, como a supressão de seus nomes, bem como de informações que pudessem indicar seus locais de trabalho/parcerias de trabalho. Todas foram informadas de que a pesquisa poderia ser publicada e que utilizaríamos códigos para nos referirmos a elas, sem identificação possível, inclusive preservando informações sobre locais de trabalho, nomes e características. A etapa de entrevistas foi realizada a partir do desejo das profissionais que quisessem/se dispusessem a fazer parte desta etapa. Em caso positivo, disponibilizariam contato telefônico para agendarmos um encontro. Os dados foram armazenados em pastas fechadas com link privado, disponibilizado apenas para a equipe da pesquisa.